

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

1 - A EMPRESA E SUAS ATIVIDADES

A Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT - Em Liquidação foi criada pela Lei nº 5.908, de 20 de agosto de 1973, com a incumbência de prestar apoio técnico e administrativo aos órgãos do Poder Executivo com atribuição de formular, orientar, coordenar e executar a política nacional de transportes nos seus diversos modais, bem como promover, executar e coordenar atividades de estudos e pesquisas necessários ao planejamento de transportes no País.

Nos termos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que reestruturou o Setor de Transportes e em razão da instalação da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ e do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, o GEIPOT foi dissolvido, sendo que o Decreto nº 4.135, de 20 de fevereiro de 2002, publicado no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, veio disciplinar os procedimentos de liquidação.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com a Lei Societária nº 6.404/76 e em observância às normas emanadas da Secretaria do Tesouro Nacional - Coordenação Geral de Contabilidade, como também, quando aplicáveis, os dispositivos da legislação tributária, dentre os quais os da Lei nº 9.249/95 que extinguiu, a partir de 1996, o reconhecimento dos efeitos inflacionários sobre as demonstrações financeiras.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração de resultados:

As receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o Regime de Competência.

b) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo

No Ativo Circulante merecem destaque as contas de Créditos a Receber no valor de R\$ 270 mil, sendo constituído por “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento” em R\$ 263 mil, “Créditos a Receber de Despesas Médicas,” utilizadas por servidor e ou dependentes R\$ 7 mil e “Financiamentos Concedidos” (Venda de Imóveis Funcionais) em R\$ 991 mil, “Adiantamentos Concedidos” a servidores em gozo de férias de R\$ 9 mil e Depósitos Judiciais em R\$ 155 mil .

No Ativo Realizável a Longo Prazo, os Empréstimos e Financiamentos, no valor de R\$ 2.630 mil, referem-se aos valores oriundos de financiamentos concedidos pela Empresa, por alienação dos imóveis funcionais aos legítimos ocupantes, conforme contratos por instrumento particular de compra e venda a prazo com pacto de objeto de hipoteca e obrigações, tendo como representante legal da Empresa a Caixa Econômica Federal, cujas parcelas referem-se ao financiamento a longo prazo não-realizado financeiramente pela Empresa. O saldo representado em 31/12/2007 foi atualizado de acordo com o relatório de fechamento contábil de valores de imóveis funcionais, emitido pela Caixa Econômica Federal.

c) Permanente

Os grupos Investimento e Imobilizado estão zerados por motivo de transferência dos bens ao Tesouro Nacional, aos órgãos governamentais e alienação. Constam apenas dois veículos que estão totalmente depreciados.

d) Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Demonstrado pelo saldo dos valores originais devidos, acrescidos dos encargos.

No Exigível a Longo Prazo houve baixa de valores provisionados, relativo ao pagamento referente ao processo de Reclamações Trabalhistas e Ajustes de Valores, passando para a importância de R\$ 35.676 mil.

e) Patrimônio Líquido

O Capital Social de R\$ 8.783.828,67 pertence totalmente à União.

Reservas de Lucros a Realizar

De acordo com o art. 197, parágrafo único, alínea "c", da Lei nº 6.404/76, evidencia que a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente, apesar de contábil e economicamente efetivada pela Empresa, será oferecida a tributação à medida de sua realização.

A Parcela no valor R\$ 577.715,03 foi transferida para Lucros/Prejuízos Acumulados, relativo a realização financeira dos financiamentos de longo prazo dos imóveis funcionais.

Lucros ou Prejuízos Acumulados

O Lucro Líquido do Exercício foi de R\$ 421 mil, considerando a transferência de R\$ 578 mil de Reservas de Lucro a Realizar menos o prejuízo do exercício de R\$ 157 mil.

4 - SEGURIDADE SOCIAL

A Empresa é patrocinadora-instituidora do Instituto GEIPREV de Seguridade Social contribui mensalmente com a taxa de 13,685% sobre a massa de salários dos empregados participantes do respectivo plano de benefícios, conforme parágrafo único, art. 2º, da Lei nº. 8.020, de 12 de abril de 1990 (Diário Oficial da União, de 13 de abril de 1990).

O GEIPREV é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, com patrimônio e autonomia administrativa financeira próprios, cujo objetivo é a suplementação de benefícios previdenciários aos participantes.

Atualmente o patrocinador contribui com 0,948971 para 1 do participante, estando de acordo com a Emenda Constitucional nº 20 de 15 de dezembro de 1998 e Lei Complementar nº 109 de 29 de maio de 2001, publicada no D.O.U. em 30/05/2001.

5 - REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTE E EMPREGADOS

O Plano de Cargos e Salários e de Benefícios e Vantagens da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT “Em Liquidação” e a legislação específica, estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Empresa a seu Dirigente e empregados.

No exercício de 2007, a maior e a menor remuneração atribuídas aos empregados ocupantes de cargos permanentes, foram de R\$ 8.120,93 e R\$ 437,70 respectivamente. A remuneração média nesse exercício foi de R\$ 3.348,70.

Com relação ao Dirigente da Empresa, a maior remuneração de 2007, correspondeu a R\$ 10.662,66.

6 - DEMAIS CONTAS

As demais contas representativas do Ativo e Passivo não sofreram modificações, nem houve fatos relevantes que merecessem comentários ou justificativas.

MOACYR ROBERTO DE LIMA

Liquidante

CPF: 029.720.187-53

OLDERIGI GERVINI ESCUDERO

Contador CRC – DF 001274/0

CPF: 009.560.151-15